

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

Os desdobramentos para o cenário econômico deste segundo semestre apresentam poucas possibilidades para uma alteração substancial do quadro. Ou seja, os meses que restam para este ano ainda contemplarão uma combinação de patamares inflacionários superiores a 20% e um nível de atividades estagnado.



A frágil situação fiscal, ainda sustentada pelos superávits de caixa do Tesouro, não deixa muito espaço para um eventual afrouxamento da política monetária, de forma que os juros reais fortemente positivos — ainda que, eventualmente, abaixo dos níveis observados no primeiro semestre — vão representar praticamente o único instrumento de condução da política econômica de curto prazo, visando evitar uma maior desorganização no lado real da economia.

O desenrolar do quadro político ofusca a capacidade de articulação das condições para aprovação de uma reforma tributária que possibilite não só um maior equilíbrio nessa área no próximo ano, como a reversão de expectativas, influenciando favoravelmente no desempenho deste ano.

Assim, sem muito espaço para uma alteração significativa na política econômica, o nível de atividades continuará dependente do sucesso do combate à inflação, o que, principalmente pelos pontos já expostos, dificilmente ocorrerá. O resultado é que, embora possamos ter um desempenho positivo do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 1% a 2% no fechamento do ano — impulsionado mais pela agricultura e serviços do que pela indústria —, não se espera uma re-

tomada substancial e permanente da atividade econômica.

O saldo positivo fica com o setor externo. A combinação de uma política cambial realista e um mercado interno encolhido, com a gradual abertura da economia e o acordo com os credores externos, continuará a favorecer as exportações e, conseqüentemente, o saldo comercial e as reservas cambiais.

O fundamental nesse processo — já que não há muito espaço para alterações substanciais no curto prazo — é a continuidade das reformas estruturais, envolvendo, além da abertura da economia, o processo de privatizações das empresas e dos serviços públicos, a desregulamentação e a modernização da infra-estrutura, como a recente revisão da legislação portuária.

Essas reformas estruturais são de fundamental importância para propiciar a obtenção de vantagens competitivas adicionais para a economia brasileira. Em paralelo, o processo de ajustamento das empresas ao novo cenário, envolvendo a competitividade, é um caminho sem volta.

Não há mais espaço na economia para níveis de produtividade semelhantes aos experimentados por empresas brasileiras antes do processo de ajustamento iniciado há mais ou menos dois anos. A redução da receita inflacionária e a abertura da economia, com a maior exposição internacional, também não abrigam mais a transferência da ineficiência aos preços.

Diante destes aspectos, dada a inexorabilidade do processo de ajustamento, é imprescindível minimizar ao máximo os efeitos colaterais do ajuste e criar as demais condições para a retomada sustentada do desenvolvimento econômico.

■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, é professor da PUC-SP e diretor-técnico da Ordem dos Economistas (SP).